

## (DES)VALORIZAÇÃO DA DOCÊNCIA: USOS MIDIÁTICOS E A CONSTRUÇÃO NEGATIVA DA PROFISSÃO

Carlos Almeida de Sá<sup>1</sup>  
Ivanisevic Agnes de Sousa Matos<sup>2</sup>  
Maria Arleilma Ferreira de Sousa<sup>3</sup>  
Mônica Emanuela Nunes Maia<sup>4</sup>

### RESUMO

O artigo propõe uma discussão sobre a desvalorização da profissão docente que é apresentada pelas mídias digitais atuais. Estas produzem um conjunto de informações sobre o ser professor. Temos como objetivo compreender este conjunto de informações e o porquê da recorrência dessa desvalorização e da construção negativa da profissão docente, buscando analisar como alguns veículos midiáticos constroem dados e informações sobre esse contexto de desprestígio sobre a carreira no magistério. Para a construção desse material fizemos uma pesquisa em alguns sites digitais, tais como sites de portais jornalísticos, blogs e páginas de empresas ligadas ao setor educacional, consideradas como veículos informativos que se ampliaram significativamente nos últimos anos. Nesse sentido, observamos que a desvalorização do ofício de professor passa por uma outra possibilidade interpretativa diante novas configurações sociais, econômicas, culturais e políticas que se (trans)formam com o passar do tempo. Para tanto, diálogos estabelecidos com Le Goff (1999), Saviane (2011) e Villa (1998) foram fundamentais para atingirmos os objetivos do trabalho.

**Palavras-chave:** Docência, Mídias digitais, Desvalorização.

### INTRODUÇÃO

Sabe-se da existência de inúmeras dificuldades em ser professor, principalmente, quando se trata de exercer a profissão no ensino básico no Brasil: que a docência é emocionalmente estressante, insatisfatória financeiramente e problemática em variados sentidos. Ainda acompanhamos em inúmeros noticiários anúncios de paralisações e greves de

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de licenciatura em História da Universidade Regional do Cariri- URCA, [carlinhosweres@gmail.com](mailto:carlinhosweres@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduando do Curso de licenciatura em História da Universidade Regional do Cariri- URCA, [ivanisevicagnes5@gmail.com](mailto:ivanisevicagnes5@gmail.com);

<sup>3</sup> Mestre em História na Universidade Federal de Campina Grande- UFCG. Professora do departamento de historia da Universidade Regional do Cariri (URCA), [arleilmasousa@hotmail.com](mailto:arleilmasousa@hotmail.com);

<sup>4</sup> Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará- UFCE. Professora do departamento de historia da Universidade Regional do Cariri (URCA) [monicaemanuelanm@gmail.com](mailto:monicaemanuelanm@gmail.com)

educadores da rede pública de ensino reivindicando melhorias na educação pública, além de matérias jornalísticas divulgando casos em que professores são agredidos dentro e fora do ambiente escolar; entre tantos outros problemas que se desdobram em visões negativas sobre a docência.

Em 30 de julho de 2018 era noticiado através do tradicional Jornal Nacional (JN) da Rede Globo dados divulgados pelo movimento Todos pela Educação que mostravam, naquele momento, que menos da metade dos professores brasileiros recomendam a própria profissão. Na ocasião a reportagem também apresentou o seguinte dado: “Apenas 3,3% dos alunos brasileiros esperam ser professores e eles tem pior desempenho”. Mais adiante em 22 de setembro de 2018 o site da Revista Educação em uma de suas publicações apresentou como manchete os mesmos dados: “Só 3,3% dos jovens brasileiros querem ser professores”<sup>5</sup> — número divulgado pelo estudo “O perfil dos Jovens que Querem ser Professores” do instituto Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (IEDE, 2018).

Como nos orienta Leonardo Boff (2001), para entender como alguém lê e interpreta determinado assunto é necessário saber como são seus olhos e qual a sua visão de mundo, ou seja, seu lugar de pertencimento dentro de uma ideologia social, política ou econômica, sendo uma proposição indispensável a problematização de informações, das mais diversas naturezas, que são consumidas diariamente no mundo público.

No decorrer da vida cotidiana alguns questionamentos acabam sendo deixados de lado como, por exemplo, sobre que pretexto uma informação é noticiada por determinado grupo ou empresa de comunicação? A quem realmente interessa esses dados apresentados por esses midiáticos? Ao que se refere a pautas do setor educacional, alguns trabalhos já problematizam e investigam os interesses implícitos por quem esses números são produzidos, assim como, por quem os noticiam.<sup>6</sup>

Não querendo negar a importância de exposições de pautas educacionais em veículos de comunicação (essenciais no exercício da democracia) é necessário constantemente afirmar a necessidade de um espírito crítico diante dessas, seja por historiadores, jornalistas como também dos próprios estudantes e professores (LE GOFF, 1999). Por exemplo, os dados

---

<sup>5</sup> Disponível em <<https://www.portaliiede.com.br/revista-educacao-so-33-dos-jovens-brasileiros-querem-ser-professor/>> acesso em fevereiro de 2019.

<sup>6</sup> Tais como: DE FREITAS, Theresa Maria et al. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. *Educação & sociedade*, Campinas, v. 37, n.º. 134, p.113-131, jan.-mar.2016; DE MEDEIROS, Dérika Correia Virgulino. O que querem as grandes empresas de comunicação com a educação? Panorama sobre a atuação da Fundação Roberto Marinho e Fundação Victor Civita. *Revista Eptic*, v. 19, n. 3, p. 223-239, 2017.; MARTINS, André Silva. Todos pela educação: projeto educacional de empresários para o Brasil século XXI. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31, 2008, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPED, 2008.

apresentados nos noticiários aqui expostos constituem problemas que perpassam o nível meramente intuitivo ou específico de determinadas realidades regionais, colocando os professores em um acentuado grau de desvalorização em caráter nacional, mas quantas vezes, o contexto que trata essas circunstâncias nos é apresentado?

Tendo por base essa motivação, este trabalho busca uma discussão sobre os usos midiáticos e a construção negativa da profissão docente, para tanto, vamos, por meio de uma contextualização histórica, uma compreensão sobre as raízes do processo de depreciação da profissão professor. Objetivando compreender o porquê da atual desvalorização social sobre o magistério. Para tanto, estabeleceremos relação entre seguintes aspectos: o professor diante mudanças culturais e a escola diante interesses de políticas econômicas como possibilidades de compreensão do quadro de desvalorização do professorado.

## O PROFESSOR E AS MUDANÇAS CULTURAIS

A ONG Varkey Foundation, (hoje parceira da Fundação Victor Civita) no ano de 2018 conduziu em 35 países a pesquisa intitulada *Global Teacher Status Index 2018*<sup>7</sup> com o objetivo de medir e identificar a importância que cada um desses países dá aos professores, nos níveis de ensinos primário e secundário, comparada a outras profissões em termos de valor para a sociedade. Numa observação geral o Brasil é apontado como um país que menos valoriza a profissão, ocupando a última posição desse ranking. Tal informação foi divulgada massivamente através de redes sociais e mídias tradicionais. O site do jornal O Globo ao noticiar a pesquisa, evidencia que os primeiros países a ocupar o ranking ao que se refere à valorização desses profissionais são à China, Malásia, Taiwan, Rússia e Indonésia. Para Fernando Gil Villa

A obtenção de um alto status para um grupo profissional não é apenas, nem fundamentalmente, uma questão de vontade, nem de estratégias utilizadas por esse grupo; em última instância, ele é conferido pela sociedade em virtude das condições sociais e dos valores culturais em alta num momento determinado. Em outras palavras, não é um objetivo facilmente manipulável; depende de complexos fatores socioculturais que materializam, em último lugar, na valoração comparativa que a sociedade faz das diferentes profissões. (1998, p. 34-35, grifos do autor).

---

<sup>7</sup>. ONG foi fundada pelo indiano Sunny Varkey em 2010 com o objetivo de melhorar os padrões de educação para crianças carentes; atualmente possui sede em Londres. A pesquisa completa está disponibilizada no site da ONG em língua inglesa, disponível no site <<https://www.varkeyfoundation.org/media/4867/gts-index-13-11-2018.pdf>> acesso em fevereiro de 2019.

Considerações como essas possibilitam um olhar mais atento, que na maior parte das vezes, é desconsiderado; como as diferentes percepções e atribuições simbólicas sobre profissionais de educação em diferentes culturas. Villa (1998), por exemplo, ao mencionar proposições teóricas do também sociólogo, o norte americano Robert King Merton em uma breve nota de rodapé, lembra que “o sucesso econômico e o prestígio associado a ele pode ser considerada como um valor ou meta cultural amplamente aceita nos países ocidentais” (MERTON, 1987, p. 251 apud VILLA, 1998, p. 36). Nesse sentido, resultando de organização de ensino e de mudanças e realidades socioculturais “a posição social de um grupo é estreitamente associada a aspectos como remuneração e o prestígio social – que por sua vez costumam estar relacionadas” (VILLA, 1998, p. 58).

Na reportagem de 30 de julho de 2018 do JN foi apresentada em alguns momentos a fala do atual presidente do Centro do Professorado Paulista (CPP), hoje professor aposentado, José Maria Canceleiro, com breves colocações em relação ao quadro de crise do magistério. Em determinado momento ele lembra: “ah, professor era ‘top’... nossa. Era gente importante; quem ia alfabetizar...”.

De fato, como nos lembra Villa (1998, p.67) “o conhecimento era um valor de grande estima social e um bem escasso porque poucas pessoas podiam completar seus estudos”. Nesse terreno, os professores desempenhavam papéis decisivos dentro da lógica organizacional de determinados grupos ou sociedades, eram figuras determinantes para a transmissão e circulação de bens e valores a serem herdados. Constituíam-se assim um ideal de homem culto e erudito.<sup>8</sup>

Sobre essa observação, é essencial considerar as diferenças de valores culturais atribuídas a diferentes sujeitos em determinadas épocas e lugares. O que se ensinava e para quem se ensinava? Ou melhor, “que função cumpria esse ideal de homem culto amparado pela educação e transmitido pelo educador?” (VILLA, 1998, p. 85).

Como nos demonstra Saviani (2010) a análise sobre o ensino escolar deve ter por base diferentes leituras, considerando mudanças de caráter social e político em constante transformação ao longo dos anos. Já que, por muito tempo, a escola foi utilizada como forma de diferenciação e exclusões sociais, impondo limitações e restrições sobre seu acesso, o que ocasionou substancialmente normatizações sobre lugares de ocupações específicos entre uma elite detentora de privilégios e a população menos favorecidos dentro de uma sociedade. Nesse sentido o professor era concebido

---

<sup>8</sup> Fernando Gil Villa aprofunda esse estudo em especial na segunda parte de seu livro, intitulada “O professor perante a mudança social e cultural” distribuída em quatro capítulos.

[...] como interprete autorizado dos domínios do saber e vida cultura em geral, encarna o ideal de homem culto o, pelo menos, representa esse ideal de alguma forma. Ele atua como uma espécie de porteiro que deixa passar, ou não, para dentro do espaço social privilegiado das elites culturais, ao julgar os estudantes como os critérios da elite culta. (VILLA, 1998, p. 87)

Contudo diante do contexto de mudanças significativas sobre os meios de propagação de diferentes informações (jornais, rádio, cinema, televisão, internet etc), os indivíduos passaram a expressar racionalidades interpretativas internas mediante as múltiplas perspectivas sobre informações representadas (VILLA 1998). Nesse processo, supõem-se que pouco a pouco a propriedade do professor enquanto autoridade intelectual foi se esvaziando a medida que alguns saberes começaram a ser questionados e que códigos linguísticos e estilísticos (a literatura e a arte, por exemplo) passaram a ser popularizados. No entanto esse fator não garante uma explicação substancial diante as circunstâncias de menosprezo atuais sobre o magistério.

É importante lembrar, que junto a tantos veículos informativos que se estenderam no decorrer do século XX, a democratização da escola, também se configurava não só enquanto um desses meios, mas também como possibilidade de difusão do conhecimento. Nesse sentido houve uma diferente inserção do professor numa nova realidade; que apesar da perda desse substrato aurático enquanto detentor de conhecimento passa a ser questionada, seu ofício, ganharia nova possibilidade interpretativa diante novas configurações sociais em constantemente modificação.

Em meio a um tumultuado quadro de divulgação de informações, quem seriam os sujeitos a promover uma observação e análise baseada em criticidade para a promoção de conhecimentos? Se no passado essa possibilidade de conhecimento era equiparada a um bem escasso (servindo para distanciamento de classes sociais), agora ele iniciaria a se configurar enquanto um bem democrático, onde valores culturais seriam compartilhados e o professor estaria em um meio decisivo desse processo (VILLA 1998); ou, ao menos, era assim que deveria ser.

Com as mudanças advindas no seio das sociedades industriais as representações sobre o ofício do professor passaram também a se modificar. Antes, enquadrava-se no status de intelectual diante planos de sociedade e cultura; atualmente, diante uma lógica economicista e, principalmente ao que refere à formação de profissionais de educação, a profissão professor, vem adquirido outros sentidos.



## A COMERCIALIZAÇÃO DA DOCÊNCIA

**Figura 1-** Propaganda da Anhanguera Educacional



Fonte: Instituto Mosaico<sup>9</sup>

Essa imagem além de evidenciar essa mudança de sentido sobre a profissão docente, reflete em sua melhor forma o grau de menosprezo sobre os profissionais de educação brasileiros. Trata-se de uma estratégia de marketing utilizado pelo grupo empresarial da Anhanguera Educacional – consistindo como uma das maiores empresas privadas de educação profissional no Brasil – na divulgação dos cursos de Formação pedagógica da empresa.

Em suma, a “propaganda” apresenta a educação enquanto mercadoria e a profissão docente como atividade laboral de segunda categoria, que pode ser conseguida por meio de um processo formativo “100% online” através de um “modelo que ensina na prática o que o mercado exige”. A docência é apresentada por esse grupo empresarial como uma atividade de suplementação financeira, popularmente dizendo, um “bico”.<sup>10</sup>

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://medium.com/instituto-mosaico/por-que-a-escola-%C3%A9-um-alvo-3905e054d174>> acesso em março de 2019.

<sup>10</sup> Cabe aqui lembrar que essa tendência de utilizar a docência como suplementação financeira foi compartilhada não só por esse grupo empresarial que diante repercussões negativas dos anúncios nas redes sociais emitiram pedidos de desculpas protocolares como demonstra o site da revista da Forum disponível em; <<https://www.revistaforum.com.br/2195-2/>> acesso em março de 2019.

Diante o quadro ideológico do liberalismo econômico, as estruturas simbólicas que regiam o do papel social desempenhado pela escola aos pouco foram se modificando. Se antes o ensino escolar era movido por um “desejo de cultura” (VILLA, 1998, p. 89), hoje a educação escolar (com o também a universitária) é vista como um aparato de “auto-realização do indivíduo” mediante ao desenvolvimento de competências técnicas para aperfeiçoamento de “procedimentos produtivos”. As instituições de ensino nesse sentido se condicionam a responder determinações específicas do desenvolvimento econômico, tendo, em consequência, que abdicar de sua essência humano-filosófica (OLIVEIRA; NETO; SILVA, 2014).

Percebe-se então que as motivações expressas pela propaganda da rede Anhanguera Educacional não é propriamente uma exclusividade brasileira. Por trás dessas propagandas coloridas estreladas por artistas de televisão são refletidos ideários neoliberais sustentados por interesses econômicos, acordos e organismos internacionais. Todos eles contribuem diretamente para transformar a educação em “prática de negócios”, tendo por meio, orientações que buscam beneficiar o mercado e aprimorar relações econômicas (BASTOS 2015). Essas orientações serviram diretamente para

[...] influenciar as políticas educacionais brasileiras na década de 1990, principalmente, a partir das discussões promovidas na “Conferência Mundial de Educação para Todos”, haja vista que lá estavam representadas as maiores economias do mundo, portanto, um modelo a ser seguido na educação. A ideia de estar ao lado desses países, utilizando as mesmas estratégias políticas, dava ao Estado brasileiro, a sensação de estar no caminho certo, para que no futuro pudesse estar na mesma condição político-econômica desses países. (BASTOS 2015, p. 1-2).

Mas qual era a situação educacional do Brasil nesse momento? E qual motivo de buscar essa adequação? Como demonstra Selva Guimarães Fonseca (1995), esse momento se refletia em uma situação de “colapso educacional” por meio do noticiário nacional da época. Esses veículos apresentavam dados de caráter internacional, que reprovavam o sistema de ensino do país, e locais que evidenciavam situações alarmantes.

As taxas de analfabetismo são igualmente elevadas. Dados do IBGE, de 1989, indicam uma porcentagem de 20,1% entre pessoas de mais de 7 anos, o que equivale a um total de 24,368 milhões de analfabetos. Uma pesquisa realizada pelo Tribunal Superior Eleitoral revela que dos 75.313.519 eleitores brasileiros, no ano de 1988, 68% são analfabetos, semi-analfabetos ou não completaram o 1º grau. Dentre estes 68%, 10% são totalmente analfabetos, 30% escrevem o nome e 28% tem o 1º grau incompleto. O Brasil é um dos países que menos investem em educação, aplicando apenas 3,6% do Produto Interno Bruto, enquanto outros países capitalistas empregam em torno de 6% e 8% do PIB. (FONSECA, 2006, p. 18).

Os números utilizados por Fonseca (1995), além de revelarem o insucesso do projeto educacional implantado no Brasil pelos governos militares nas décadas de 1960 e 1970 — com ideário vinculado a propostas de desenvolvimento da economia e segurança nacional— também expõe interesses e preocupações de setores econômicos dominantes no país explicitamente defendidos pelos grandes meios de comunicação em massa.

Apesar da existência de outros discursos serem evidenciados pela autora — de educadores, políticos e Igreja demonstrando preocupações sobre a formação para a cidadania e ampliação do direito a educação pública para todos — é notório o papel das manifestações de caráter economicistas promovidas pela classe média do país em meio a essas reivindicações divulgadas pela imprensa. Em suma, como expõe Fonseca, esse ideário representava-se da seguinte maneira: “o desenvolvimento econômico e tecnológico do país depende de um projeto educacional, caso contrário estará comprometido devido ao baixo nível de qualificação da sociedade” (2006, p.18).

Como exposto anteriormente, esse pensamento ganha espaços decisivos na política brasileira graças a pautas de desenvolvimento econômico baseado nos pressupostos ditos “neoliberais” expressos por projetos e Organismos Internacionais nos anos finais do século XX; que, ao se valer de um receituário de medidas a serem expandidas para os demais países da América Latina e Caribe, cria novas estratégias políticas com a intenção de ampliar seus domínios econômicos e culturais na região (BASTOS 2015).

Para isso, Bastos (2015) faz evidência às agências que entram com o financiamento e com as regras para o desenvolvimento das políticas: Banco Mundial (BM) Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD); e as que entram com a cooperação técnica, determinando os princípios e diretrizes que devem prevalecer no desenvolvimento das políticas: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas para a Educação (Unesco), e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).<sup>11</sup>

Embora, até hoje, desempenhem incentivos em torno de políticas para ensino é preciso deixar claro que os objetivos dessas organizações — embora aprimorando-se algumas orientações com o tempo — ainda estão pautados a um viés desenvolvimentista e econômico: “Estado máximo para o capital e mínimo para o social” (BASTOS, 2015, p. 1). Em consequência dessas prerrogativas e pressupostos neoliberalistas em projetos educacionais,

---

<sup>11</sup> Estudos realizados por Batista (1995), Bianchetti (2005), Haddad (2008), Frigotto & Ciavatta (2003) e Shiroma, Moraes e Evangelista (2004) analisam a influência desses organismos nas políticas educacionais brasileiras.



foram se acelerando e fortalecendo a influência de setores privados na educação pública, assim como sua comercialização.

No entanto, esses debates sobre pautas educacionais não vieram de maneira ocasional. Tais discussões estão diretamente ligadas a questões que emergem ainda na década de 1960 e que eclodiram na década de 1990 em um quadro mundial de fracasso escolar, mediante o insucesso das exigências de caráter econômico sobre processos educativos. Nesse processo não somente se comprometeu qualidade do ensino da escola pública como uma forte desvalorização dos profissionais que nelas atuam (OLIVEIRA; NETO; SILVA, 2014, p. 44).

Para entender esse cenário Villa (1998) faz menção especial a exigências originadas por pautas demográficas pós-bélicas da década de 1960, onde se difundiu uma espécie de “abertura” nos sistemas educativos movidas por um pretexto democrático diante a expressiva quantidade de pessoas a serem escolarizadas pós Segunda Guerra Mundial. Diante a conjuntura evidenciava-se em muitos países anos 60 e 70 do século XX um “bum educacional” que se reverteu em impactos diretos sobre tamanho dos estabelecimentos escolares, serviços administrativos desses espaços e conseqüentemente uma burocratização do sistema de ensino (VILLA, 1998). Paralelo a isso firmavam-se projetos políticos de conexões impostas entre exigências econômicas sobre o papel da escola.

Por meio de um ideário econômico, estimava-se que, para se conseguir um país “competitivo” diante a lógica de mercado se precisaria substancialmente melhorar sua educação (VILLA, 1998). A escola transformava-se então em um espaço de negócio a produzir sujeitos mais capacitados e domesticados para as exigências mercadológicas, sustentadas, sobretudo, pela Teoria do Capital Humano emergida ainda na década de 1950<sup>12</sup>.

No entanto, em meio a essa busca por suprir a expansão dessas massas populacionais a serem escolarizadas e ainda equipá-las para as exigências do mercado, acabou-se ganhando adeptos a lógica negativa do “aumento de igualdade de oportunidade” à custa de “rebaixar a qualidade do serviço” (a educação), o que em alguns casos, não conseguiu evitar o aumento lógico do fracasso escolar.

Essa forma mal planejada de massificação e democratização do ensino aliada a conexões de “negócios” entre escola e economia conduziu todo um processo de burocratizações em torno da aprendizagem escolar; o que resultou em uma maior “redução da autonomia dos professores, ocasionada por uma excessiva regulação administrativa nas propostas de desenho curricular” (VILLA, 1998, p. 53) como também a uma

---

<sup>12</sup> Ver mais em: FRIGOTTO, Gaudêncio. Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. *Trab. Educ. Saúde*, v. 7, p. 67-82, 2009.

intensificação, relacionado com a sensação de sobrecarga crônica de trabalho vivida pelo professor hoje — do trabalho não-manual em geral — que o leva, entre outras coisas, a ver limitando seu tempo para a sociabilidade ou inclusive para aprofundar seus estudos no campo de sua especialização, assim como a reduzir a qualidade do serviço docente. (VILLA, 1998, p. 52).

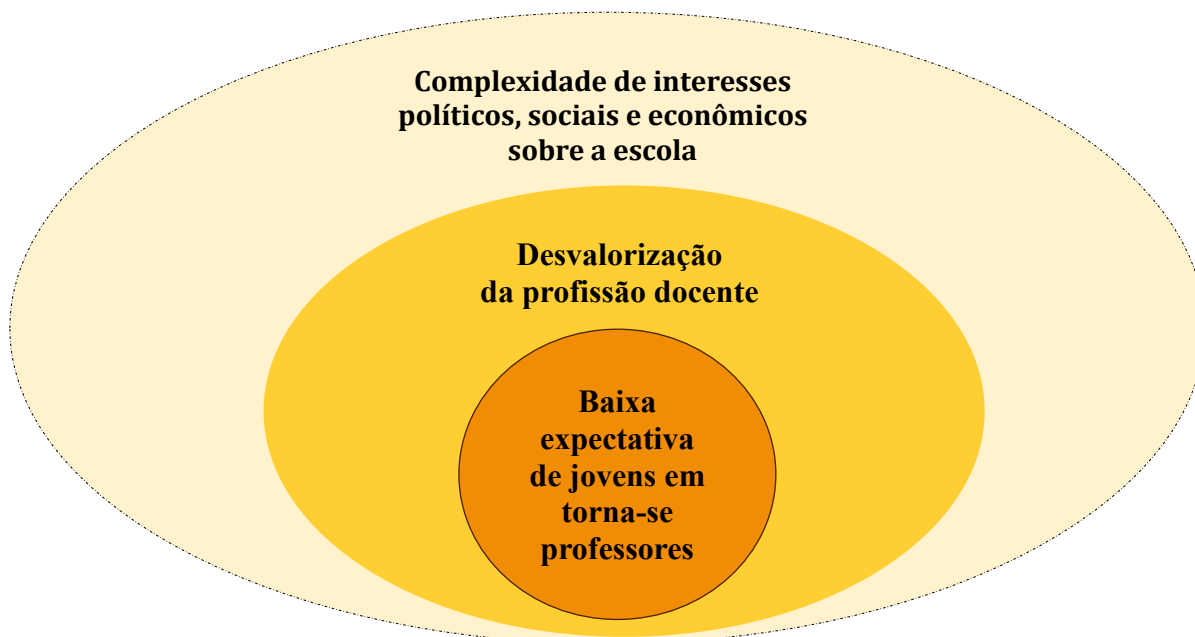
É desse contexto que resultam os debates educacionais na década de 1990. Ao lado disso criar-se uma nova lista de responsabilizações e diversificações sobre as funções do professor para reversão desse quadro; aliado contrariamente a uma perda de autonomia sobre seu trabalho em meio a requisições mercadológicas que burocratizam o sistema de ensino. Nesse sistema, a escola e os variados elementos e sujeitos dela participante se revertem em mercadoria, entre eles, o professor.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pode-se compreender então que essa desvalorização sobre o professorado deriva de múltiplos fatores, sendo ainda mais complexo seu entendimento diante a uma realidade política e econômica, que ao se isentar da culpa, responsabiliza uma “baixa produtividade” nas instituições de ensino em torno do aluno e principalmente do professor. Nesse processo se conectam interesses entre setores públicos e o empresariado que fingem não visualizar a interferência de todo um percurso político e socioeconômico que contribuíram diretamente para essas representações negativas sobre magistério.

Nesse sentido, é possível estabelecer uma visão inicial sobre a qual está associada esse quadro de desvalorização da profissão docente, que na maior parte das vezes, acaba sendo negada em meio as pesquisas, as notícias e as reportagens por não se valerem da crítica. A figura a seguir sintetiza essa dimensão.

**Figura 2:** A Interferência Política e Econômica para o quadro de desvalorização da docência.



Fonte: Elaboração dos autores, 2019.

Percebe-se então que foi a partir de uma lógica economicista e neoliberal — apesar de uma visão de penumbra impostas por determinados grupos — que se constituiu uma intensificação mundial de relações capitalistas sobre a escola transformando-a em um complexo sistema de relações de mercados.

Dessa relação emergiam-se grupos mundiais representantes de setores econômicos dominantes da sociedade movidos por interesses nessa pauta. Algo que serviu de base ao empresariado brasileiro buscar no setor educacional o objetivo de manter-se como grupo hegemônico<sup>13</sup>. Isso se estende a empresas de consultoria educacional, de formação de professores, editoras e muitas outras que veem na lógica empresarial a educação como formas de lucro, para além, exclusivamente, da oferta direta do ensino.<sup>14</sup>

<sup>13</sup> Ver mais em SOUSA, C. L.; ARAUJO, R. M. L. A gestão escolar sob a perspectiva da Fundação Victor Civita: Uma análise das revistas nova escola e gestão escolar. In: SEMINÁRIOS REGIONAIS DA ANPAE, 4, 2018. Belem, PA. *Anais eletrônicos...* Disponível em <<http://www.seminariosregionaisanpae.net.br/numero4/Capitulo01.html>> acesso 8 de março de 2019

<sup>14</sup> ver mais em: DE FREITAS, Theresa Maria et al. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. *Educação & sociedade*, Campinas, v. 37, n.º. 134, p.113-131, jan.-mar.2016.

## REFERENCIAS

BASTOS, Robson dos Santos. As recomendações da OCDE para a formação do professor no Brasil. In: XIX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e VI Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2015, Vitória, ES. **Anais eletrônicos...** Sistema Online de Apoio a Congressos (SOAC) do CBCE. Disponível em: <<file:///C:/Users/Carlos/Downloads/7469-25372-1-PB.pdf>> acesso em 15 de junho de 2019.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. 37. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRASIL É O PAÍS QUE MENOS VALORIZA PROFESSORES, DIZ ESTUDO; CHINA LIDERA. **O Globo**. 4 Dez. 2018. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-o-pais-que-menos-valoriza-professores-diz-estudo-china-lidera-23279507>> acesso em 8 de julho de 2019.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. 3. ed. Campinas, SP: Papirus Editora, 1995.

KUZUYABU, Marina. Só 3,3% dos jovens brasileiros querem ser professor. **Revista Educação**. São Paulo. 252. ed. 22 Set. 2018. Sessão olhar pedagógico. Disponível em <<https://www.revistaeducacao.com.br/educacao-252/page/2/>> acesso 5 de julho de 2019.

LE GOFF, Jacques. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAUVEAU. A.; TÉATART. PH. (Org.). **Questões para a história do tempo presente**. Tradução de Ilka Stern Cohen. São Paulo: EDUSC, 1999. p. 93-102.

OLIVEIRA, F.C.P.; NETO, M.B.; SILVA, A.M.L. Formação docente e qualidade social da educação. In: NUNES, Cícera et al. **Dialogando com saberes da docência**: pesquisas, teorias e práticas. V.1. Recife: Liceu, 2014.

PESQUISA MOSTRA QUE 49% DOS PROFESSORES NÃO RECOMENDAM A PROFISSÃO. Produção de Pedro Mantoan. Imagem de Ronaldo de Sousa. **Jornal nacional**. São Paulo. Rede Globo de Comunicação. 30 de julho de 2018. Disponível em <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2018/07/30.html>> acesso em 5 de julho de 2019.

SAVIANE, Dermeval. O Estado e a promiscuidade entre o público e o privado na história da educação brasileira. In: SAVIANE, Dermeval (Org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2011, p. 15- 43.

VILLA, Fernando Gil. **Crise do professorado**: uma análise crítica. Tradução de Talia Bugel. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998.